



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL	APENSADOS 4458/01
PL	4.987/01
-	

_			_	_
A	U	T	O	R

(DO SENADO FEDERAL)

N° DE ORIGEM: PLS 54/99

EMENTA:

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

PL. - 3.673/00

NOVO DESPACHO: (09/11/2000)

ÀS COMISSÕES DE:

Art. 24, II

DESPACHO:

- Seguridade Social e Familia

- Finanças e Tributação

- Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54)





ENCAMINHAMENTO INICIAL:

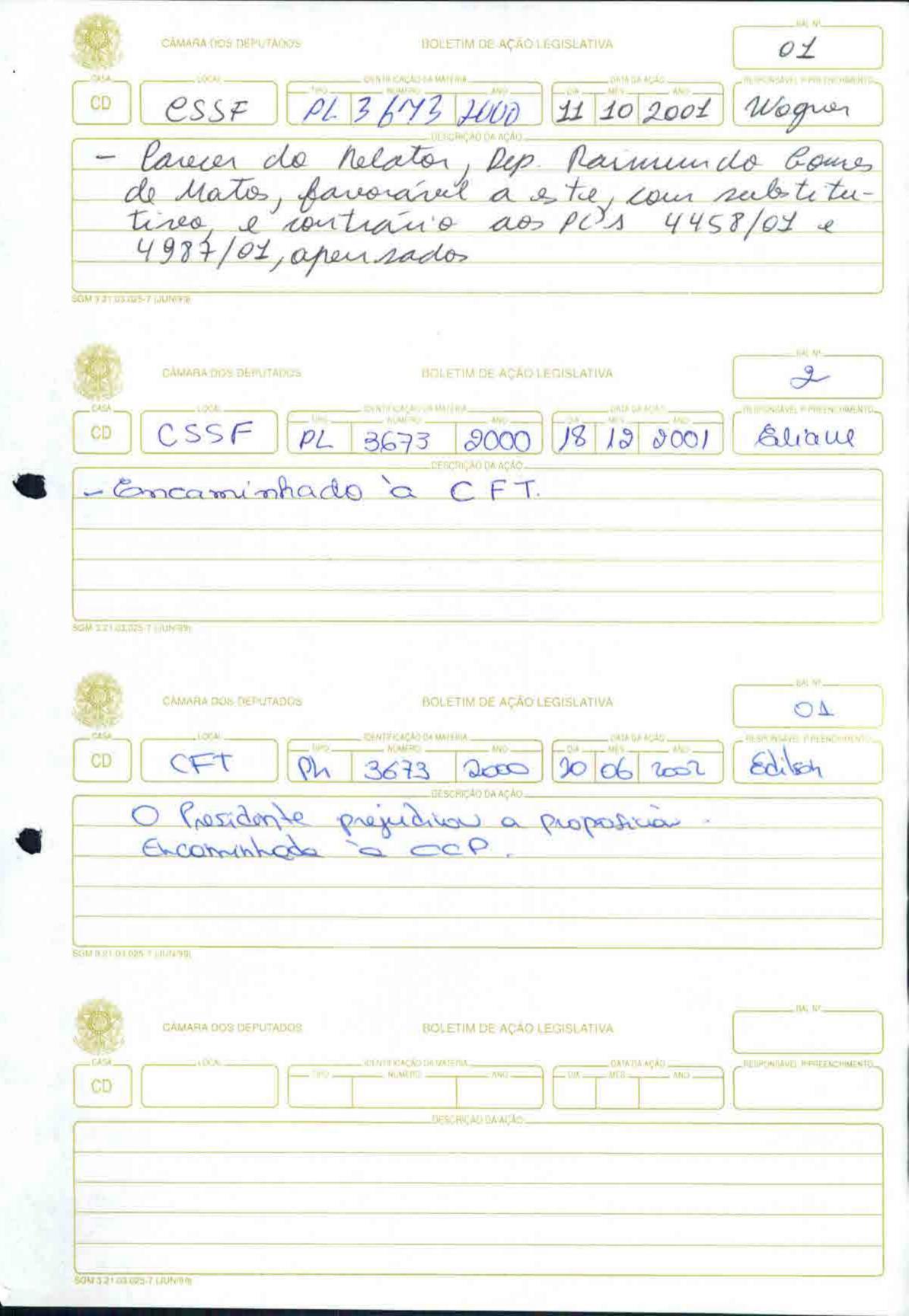
À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, EM 09-11-00

PRIORIDADE	TRAMITAÇÃO
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CSSF	30/11/00
CFT	19/00/d
	1. 1.

	PRAZO DE EMENDAS	
COMISSÃO CSSF CFT	INÍCIO 12/12/00 21/03/02 1 / 1 / 1 /	TÉRMINO 18102101 1.0104102.

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA							
A(o) Sr(a). Deputado(a): Laimundo goues de Matos							
Comissão de: Secret de Secret e famili			1117	100			
A(o) Sr(a). Deputado(a): Bernto gamo	Presidente:	*	Jee/C	el			
Comissão de: Finanças e Babatação		Em:	20 03	LOL			
A(o) Sr(a). Deputado(a):							
Comissão de:		Em:		1			
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:						
Comissão de:		Em:	1	1			
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:						
Comissão de:							
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:						
Comissão de:		Em:	/	7			
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:						
Comissão de:		Em:	_/	1			
	Presidente:						
Comissão de:		Em:	_1	1			

DCM 3.17.07.003-7 (NOV. / 99)



As DaniesSie commercials

Seguridade Succession

Commercial of the Managerian

Commercial of Alberta Succession

I'm annuales of Annual Succession of the Managerian

The Annual Succession of the Manage

Projeto de lei nº 3673/00

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º A concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período de proibição da atividade pesqueira para a preservação de espécies (defeso) obedecerá ao disposto nesta Lei.
- § 1º O benefício do seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
- § 2º Considera-se pescador artesanal, para os efeitos desta Lei, o profissional que exerça atividade pesqueira, individualmente, em regime de economia familiar ou de modo cooperativo, por grupo de pescadores, com ou sem auxílio eventual de terceiros, com finalidade comercial ou de subsistência.
- § 3º O valor do beneficio será de um salário mínimo mensal, durante todo o período de defeso, inclusive nos casos de prorrogação desse período, vedado a sua percepção cumulativa com o beneficio previsto na Lei nº 7.998, de 1990.
- § 4º O período de proibição da atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique, publicada com antecedência mínima de quarenta e cinco dias do início da vigência do defeso.
- Art. 2º Para se habilitar ao beneficio, o pescador artesanal deverá apresentar ao órgão competente para a concessão do seguro-desemprego:
- I certidão de registro de pescador profissional do Ibama, ou matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, nos termos do disposto no § 1º do art. 28 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, emitidas, no mínimo, um ano antes da data de requerimento do beneficio;
 - II atestado ou declaração:
 - a) da colônia de pescadores a que esteja filiado; ou
- b) do órgão do Ibama, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal; ou
- c) de proprietário de embarcação em situação regular, devidamente comprovada; ou
 - d) de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando:



- I − o exercício da profissão na forma do § 2º do art. 1º desta Lei;
- 2 que se dedicou à atividade, em caráter ininterrupto, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso; e
 - 3 que sua renda não seja superior a um salário mínimo mensal; e
- III comprovantes do pagamento da contribuição previdenciária, observada eventual faculdade de recolhimento cumulado, conforme ato normativo próprio do INSS.
- Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabiveis, todo aquele que fornecer atestado falso ou dele tirar proveito para fim de obtenção do benefício de que trata esta Lei estará sujeito a:
 - I demissão do cargo que ocupa, se servidor público;
- II suspensão de suas atividades profissionais, com cassação do seu registro no Ibama, por dois anos, se pescador profissional;
- III cassação da licença vigente e impedimento por dois anos de sua renovação para pesca da espécie a que se refere o defeso, se proprietário de embarcação.
- Art. 4º A suspensão ou cancelamento do pagamento dos beneficios previstos nesta Lei obedecerá ao disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 7.998, de 1990.
- Art. 5º O benefício assegurado nesta Lei somente poderá ser requerido a partir de 1º de janeiro de 2000.
 - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 7º Revoga-se a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Senado Federal, em 06 de outube de 200

Senador Antonio Carlos Magalhães

Presidente



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III Das Leis

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.



LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

REGULA O PROGRAMA DO SEGURO-DESEMPREGO, O ABONO SALARIAL, INSTITUI O FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 7º O pagamento do benefício do seguro-desemprego será suspenso nas seguintes situações:

I - admissão do trabalhador em novo emprego;

 II - início de percepção de beneficio de prestação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e o abono de permanência em serviço;

III - início de percepção de auxílio-desemprego.

Art. 8º O beneficio do seguro-desemprego será cancelado:

 I - pela recusa, por parte do trabalhador desempregado, de outro emprego condizente com sua qualificação e remuneração anterior;

 II- por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

 III - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do beneficio do seguro-desemprego;

IV - por morte do segurado.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro- desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência.

T THE THEUTHE	A TOVISOTIA II	1202-20, 00	21/2/2000.		
			021111001111001140	********	
 *************	*************				********

* Vide Medida Provisória nº 1052-28 de 21/9/2000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.952-28, DE 21 DE SETEMBRO DE 2000.

ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, PARA DISPOR SOBRE O TRABALHO A TEMPO PARCIAL, A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, MODIFICA AS LEIS NOS 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976, 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990, E 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 6º Acrescentem-se os seguintes arts. 2º-A, 2º-B, 3º-A, 7º-A, 8º-A, 8º-B e 8º-C à Lei nº 7.998, de 1990:

"Art. 2º-A. Para efeito do disposto no inciso II do art. 2º, fica instituída a bolsa de qualificação profissional, a ser custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, à qual fará jus o trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo celebrado para este fim." (NR)

"Art. 2º-B. Em caráter excepcional e pelo prazo de seis meses, os trabalhadores que estejam em situação de desemprego involuntário pelo período compreendido entre doze e dezoito meses, ininterruptos, e que já tenham sido beneficiados com o

recebimento do Seguro-Desemprego, farão jus a três parcelas do beneficio, correspondente cada uma a R\$ 100,00 (cem reais).

- § 1º O periodo de doze a dezoito meses de que trata o caput será contado a partir do recebimento da primeira parcela do Seguro-Desemprego.
- § 2º O beneficio poderá estar integrado a ações de qualificação profissional e articulado com ações de emprego a serem executadas nas localidades de domicilio do beneficiado.
- § 3º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador CODEFAT o estabelecimento, mediante resolução, das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo, inclusive quanto à idade e domicílio do empregador ao qual o trabalhador estava vinculado, bem como os respectivos límites de comprometimento dos recursos do FAT." (NR)
- "Art. 3º-A. A periodicidade, os valores, o cálculo do número de parcelas e os demais procedimentos operacionais de pagamento da bolsa de qualificação profissional, nos termos do art. 2º-A desta Lei, bem como os pré-requisitos para habilitação serão os mesmos adotados em relação ao beneficio do Seguro-Desemprego, exceto quanto à dispensa sem justa causa." (NR)
- "Art. 7º-A. O pagamento da bolsa de qualificação profissional será suspenso se ocorrer a rescisão do contrato de trabalho." (NR)
- "Art. 8º-A. O beneficio da bolsa de qualificação profissional será cancelado nas seguintes situações:
- I fim da suspensão contratual e retorno ao trabalho;
- Il por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;
- III por comprovação de fraude visando à percepção indevida da bolsa de qualificação profissional;
- IV por morte do beneficiário." (NR)

"Art. 8º-B. Na hipótese prevista no § 5º do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, as parcelas da bolsa de qualificação profissional que o empregado tiver recebido serão descontadas das parcelas do beneficio do Seguro-Desemprego a que fizer jus, sendo-lhe garantido, no mínimo, o recebimento de uma parcela do Seguro-Desemprego." (NR)

"Art. 8º-C. Para efeito de habilitação ao Seguro-Desemprego, desconsiderar-se-á o periodo de suspensão contratual de que trata o art. 476-A da CLT, para o cálculo dos periodos de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Lei." (NR)

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Francisco Dornelles



DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO 1967.

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E ESTÍMULOS À PESCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO II DA PESCA COMERCIAL TÍTULO IV DOS PESCADORES PROFISSIONAIS Art. 28. Para a obtenção de matrícula de pescador profissional é preciso autorização prévia da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), ou de órgão nos Estados com delegação de poderes para aplicação e fiscalização deste Decreto-Lei. § 1º A matrícula será emitida pela Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, de acordo com as disposições legais vigentes. § 2º Aos aprendizes será expedida matricula provisória.



LEI Nº 8.287, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE SEGURO-DESEMPREGO A PESCADORES ARTESANAIS, DURANTE OS PERÍODOS DE DEFESO.

- Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, fará jus ao beneficio de seguro desemprego, no valor de um salário minimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira para a preservação da espécie.
- § 1º O beneficio do seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
- § 2º O período de proibição de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre, a cuja captura o pescador se dedique.
- Art. 2º Para se habilitar ao beneficio, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social:
- I certidão do registro de pescador profissional do IBAMA emitida, no mínimo, há três anos da data da publicação desta Lei;
- II atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, ou do órgão do IBAMA, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, ou, em último caso, declaração de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando:
 - a) o exercício da profissão na forma do art. 1 desta Lei;
- b) que se dedicou à atividade, em caráter ininterrupto, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso;
- c) que a sua renda não é superior a Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) mensais, em valores de dezembro de 1991, a serem atualizados de acordo com a variação da TR.



Ш -	compro	provantes do pagamento da contribuição previder				ciária.			
156353315313154									
	**********			P		********			

SENADO

FEDERAL

SF PLS 54/1999 de 25/02/1999

Identificação SF PLS 54 /1999

Autor

SENADOR - LUCIO ALCANTARA (PSDB - CE)

Ementa

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO SEGURO-DESEMPREGO AOS TRABALHADORES DA PESCA, DURANTE O PERIODO DE DEFESO, E

DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Indexação

FIXAÇÃO, NORMAS, CONCESSÃO, SEGURO DESEMPREGO, TRABALHADOR, PESCA, PESCADOR, CONTRATO DE TRABALHO, VIGENCIA, PESCADOR ARTESANAL, DURAÇÃO, PERIODO, PROIBIÇÃO, ATIVIDADE, PRESERVAÇÃO, ESPECIE, PROIBIÇÃO, OBEDIENCIA, DISPOSITIVOS, LEI. COMPETENCIA, PAGAMENTO, BENEFICIOS, SEGURO DESEMPREGO, (FAT), DISPOSITIVOS, LEI. REQUISITOS, PESCADOR ARTESANAL, DISPOSITIVOS, LEI, PROFISSIONAL, EXERCICIO, ATIVIDADE, PESCA, INDIVIDUALIZAÇÃO, ECONOMIA FAMILIAR, AUXILIO, INEXISTENCIA, TERCEIROS. COMPETENCIA, (IBAMA), FIXAÇÃO, PERIODO, PROIBIÇÃO, ATIVIDADE, PESCA, ESPECIE, MARINHA, DEDICAÇÃO, PESCADOR. OBRIGATORIEDADE, PESCADOR ARTESANAL, APRESENTAÇÃO, ORGÃOS, COMPETENCIA, CONCESSÃO, SEGURO DESEMPREGO, HABILITAÇÃO BENEFICIO, CERTIDAO, REGISTRO, PESCADOR, PROFISSIONALISMO, (IBAMA), ATESTADO, COLINA DE PESCADORES, FILIAÇÃO, ATESTADO, JURISDIÇÃO, AREA, ATUAÇÃO, DECLARAÇÃO, COMPROVAÇÃO, PAGAMENTO, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA, AUXILIO DESEMPREGO, BENEFICIO PREVIDENCIARIO, PRESTAÇÃO, REGULAMENTO. OBRIGATORIEDADE, COMPROVAÇÃO, TRABALHADOR, PESCA, HABILITAÇÃO, BENEFICIO, SEGURO DESEMPREGO, DISPENSA, DEMISSÃO, JUSTA CAUSA, HIPOTESE, CONCLUSÃO, CONTRATO, EXIGENCIA, COMPROVAÇÃO, EXISTENCIA, ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, INDIVIDUALIZAÇÃO, INTERRUPÇÃO, CONTRATO DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL, CUMPRIMENTO, DECLARAÇÃO, REQUISITOS, DISPOSITIVOS, LEI. IMPUTAÇÃO, PENA, DEMISSÃO, CARGO PUBLICO, OCUPAÇÃO, SERVIDOR PUBLICO CIVIL, SUSPENSÃO, ATIVIDADE PROFISSIONAL, CASSAÇÃO, REGISTRO, (IBAMA), PESCADOR, PROFISSIONAL, LICENÇA, RENOVAÇÃO, PESCA, PROPRIETARIO, EMBARCAÇÃO, EXCLUSÃO, SANÇÃO, CIVIL, PENAL, HIPOTESE, FORNECIMENTO, ATESTADO, FALSIFICAÇÃO, OBJETIVO, OBTENÇÃO, BENEFICIO, LEI.

Despacho Inicial

SF COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Última Ação

Data: 14/09/2000 Local: (SF) ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA

- PLENARIO

Status: APROVADA (APRVD)

Texto: Aprovado o Substitutivo, sem debates, sem prejuizo das emendas. Aprovadas, em globo, as Emendas nos 1 e 2-PLEN, de parecer favorável. À CDIR para redação final. A seguir é lido o Parecer no 903/2000-CDIR, Relator Senador Ademir Andrade, oferecendo a redação final do Substitutivo ao projeto. Aprovada a redação final, nos termos do Requerimento no 494/2000, do Sr. Ademir Andrade, de dispensa de publicação de redação final. À Câmara dos Deputados. À SGM com destino à SSEXP.

S 00054/1999 SECRET

Encaminhado em 14/09/2000 para (SF) SGM - SECRETARIA GERALDERAL SENAGO

DA MESA

Legislação Citada

LEI 5000/1973 LEI 6367/1976 LEI 7998/1990

LEI 8287/1991

Tramitação

 25/02/1999 PROTOCOLO LEGISLATIVO - PLEG ESTE PROCESSO CONTEM 32 (TRINTA E DUAS) FOLHAS NUMERADAS E RUBRICADAS.

25/02/1999 SUBSECRETARIA DE ATA - PLENARIO - ATA-PLEN

1000 LEITURA.

- 25/02/1999 MESA DIRETORA MESA 1000 DESPACHO A CAS (DECISÃO TERMINATIVA) ONDE PODERA RECEBER EMENDAS PELO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, APOS PUBLICADO E DISTRIBUIDO EM AVULSOS. DSF 26 02 PAG 3611 A 3614.
- 26/02/1999 SUBSECRETARIA DE COMISSOES SSCOM RECEBIDO NESTE ORGÃO, EM 26 DE FEVEREIRO DE 1999.
- 26/02/1999 SUBSECRETARIA DE COMISSÕES SSCOM ENCAMINHADO A CAS.
- 08/03/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS ENCERRAMENTO PRAZO SEM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS.
- 16/03/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS RELATOR SEN HELOISA HELENA.
- 07/04/1999 COMISSAO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO (PRONTPAUT) DEVOLVIDA PELA RELATORA SEN HELOISA HELENA, COM MINUTA DE PARECER CONCLUINDO PELA APROVAÇÃO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO, ESTANDO A MATERIA EM CONDIÇÕES DE SER INCLUIDA NA PAUTA DE REUNIÃO DA COMISSÃO.
- 12/05/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES) (AGLPAR) Em reunião realizada em 12/05/99, é aprovado o parecer da Relatora Senadora Heloísa Helena, na forma do Substitutivo apresentado.(fls.33 a 44).
- 19/05/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES) (AGLPAR) Em reunião no dia 19/05/99, não tendo sido oferecidas emendas, o Substitutivo foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno.
- 19/05/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES (TRCOM) Ao SACP, para as devidas providências.
- 19/05/1999 SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES PERMANENTES -SACP

AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES) (AGLPAR) A SSCLS.

- 20/05/1999 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF Anexei, à fl. 45, legislação citada no Parecer da Comissão de Assuntos Sociais. Encaminhado ao Plenário para leitura do Parecer da CAS.
- 27/05/1999 SUBSECRETARIA DE ATA PLENÁRIO ATA-PLEN

AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (AGINR) 10:00 - Leitura do Parecer nº 278/99-CAS, favorável na forma da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). . É lido o Ofício nº 27/99,



do Presidente da CAS, comunicando aprovação do projeto, em reunião realizada no dia 12.5.99. Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria, seja apreciada pelo Plenário. A SSCLS.

- 28/05/1999 SECRETARIA GERAL DA MESA SGM AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (AGINR) Prazo para interposição de Recurso: 31,5 a 7,6.99.
- 07/06/1999 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (AGINR) Encaminhado ao Plenário para leitura do Recurso.
- 08/06/1999 SUBSECRETARIA DE ATA PLENARIO ATA-PLEN

AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (AGINR)

A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Recurso nº 14/1999, lido e deferido na presente sessão, subscrito pelo Sr. Senador Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores, interposto no prazo regimental, no sentido de que a matéria seja submentida ao Plenário. A Proposição ficará sobre a Mesa no prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas. À SSCLS.

- 08/06/1999 SECRETARIA GERAL DA MESA SGM AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS (AGREMD) Prazo para recebimento de emendas de 9 a 15.6
- 08/06/1999 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS (AGREMD) Encaminhado ao Plenário para leitura de requerimento de tramitação conjunta com o PLC 25/96.
- 08/06/1999 SUBSECRETARIA DE ATA PLENÁRIO ATA-PLEN

AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA (AGINCL) É lido o Requerimento nº 301/99, do Sr. Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta da matéria com o PLC nº 25/99. À SSCLS PARA INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA DO RQS.

- 08/06/1999 SECRETARIA GERAL DA MESA SGM AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA (AGINCL) Aguardando inclusão em Ordem do Dia do RQS, nº 301/99.
- 15/06/1999 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA (AGINCL) Encaminhado ao Plenário para leitura do término do prazo de apresentação de emendas.
- 16/06/1999 SUBSECRETARIA DE ATA PLENARIO ATA-PLEN

AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA (AGINCL) A Presidência comunica ao Plenário que encerrou o prazo ontem sem apresentação de emendas. À SSCLS PARA INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA OPORTUNAMENTE.

- 17/06/1999 SECRETARIA GERAL DA MESA SGM AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA (AGINCL) Agendado para a sessão deliberativa de 23.6.99, o Requerimento nº 301/99, solicitando a tramitação conjunta com o PLC nº 25/96.
- 21/06/1999 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 23/6/99. Votação, em turno único, do Requerimento nº 301, de 1999, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta com o PLC nº 25, de 1996.



· 23/06/1999 SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO - ATA-PLEN

EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES (TRCOM)
Aprovado o Requerimento nº 301, de 1999. A matéria passa a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1996. À CAS para exame.

 24/06/1999 SUBSECRETARIA DE COMISSÕES - SSCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES (TRCOM) RETORNA A CAS.

 25/08/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS A Senhora Senadora Maria do Carmo Alves para relatar a presente matéria, que tramita em conjunto com o PLC 25/96.

 07/10/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS Devolvido pela Relatora Senadora Maria do Carmo Alves, com relatório concluindo pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLC 25/96 que tramita em conjunto.

 20/10/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS Reunida a Comissão em 20.10.99, foi aprovado parecer da Senadora Maria do Carmo Alves favorável ao Projeto na forma da Emenda Substitutiva nº 01- CAS, constante do Parecer nº 278, desta Comissão, ficando, prejudicado o PLC 25/96 que tramita em conjunto. (Fls. 47 a 53)

 20/10/1999 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS A SSCLSF, para as devidas providências.

 21/10/1999 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF Encaminhado ao Plenário para leitura do Parecer da CAS.

22/10/1999 SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO - ATA-PLEN

Leitura do Parecer nº 838/99-CAS, Relatora Senadora Maria do Carmo Alves, anexado ao processado, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Tramitando em conjunto com o PLC nº 25/96. À SSCLS.

 22/10/1999 SECRETARIA GERAL DA MESA - SGM AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA (AGINCL) Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

 26/04/2000 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA (INCLOD)
 Incluído em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 2.5.2000 (tramitando em conjunto com o PLC nº 25/96). Discussão, em turno único.

02/05/2000 SUBSECRETARIA DE ATA - PLENARIO - ATA-PLEN

Apreciação adiada em virtude do término do prazo regimental da sessão. À SGM.

 03/05/2000 SECRETARIA GERAL DA MESA - SGM INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA (INCLOD)
 Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 03.05.2000. Discussão, em turno único.

03/05/2000 SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO - ATA-PLEN

Aprovada a Emenda nº 2 - CAS (Substitutivo), sem debates, ficando prejudicado o projeto, a Emenda nº 1 - CAS e o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1996, que tramita em conjunto. À CDIR, para redação do vencido em turno suplementar. À SGM.

08/05/2000 SECRETARIA GERAL DA MESA - SGM



Encaminhado ao Plenário para leitura da redação do vencido.
 08/05/2000 SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO - ATA-PLEN

Leitura do Parecer nº 447, de 2000-CDIR, Relator Senador Geraldo Melo, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo. À publicação. À SGM.

 09/05/2000 SECRETARIA GERAL DA MESA - SGM Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

 10/05/2000 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA (INCLOD)

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 17.05.2000. Discussão, em turno suplementar.

17/05/2000 SUBSECRETARIA DE ATA - PLENARIO - ATA-PLEN

Anunciada a matéria, são lidas as Emendas nºs 1 e 2-PLEN, subscritas pelo Sr. Ademir Andrade. Usam da palavra na sua discussão os Srs. Edison Lobão, Geraldo Cândido, Ademir Andrade e Romero Jucá. À CAS para exame das Emendas.

- 18/05/2000 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS MATÉRIA COM A RELATORIA (RELATOR)
 À Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, para relatar as Emendas nºs. 1 e 2 de Plenário, todas de autoria do Senador Ademir Andrade.
- 14/06/2000 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS Devolvido pela Relatora Senadora Maria do Carmo Alves, com minuta de Parecer concluindo pela aprovação das Emendas de nºs, 1 e 2 de Plenário.
- 02/08/2000 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS APROVADO PARECER NA COMISSÃO (APRVPAR) Reunida a Comissão, é aprovado Parecer favorável as Emendas apresentadas em Plenário. (fls. 61 a 64)
- 02/08/2000 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CAS APROVADO PARECER NA COMISSÃO (APRVPAR) À SSCLSF, para as devidas providências.
- 02/08/2000 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES) (AGLPAR) Encaminhado ao Plenário para leitura do Parecer da CAS.
- 24/08/2000 SUBSECRETARIA DE ATA PLENÁRIO ATA-PLEN

Leitura do Parecer nº 877/2000-CAS, Relatora Senadora Maria do Carmo Alves, favorável as Emendas nºs 1 e 2-PLEN, oferecidas ao Substitutivo ao projeto. À SGM.

- 24/08/2000 SECRETARIA GERAL DA MESA SGM AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA (AGINCL) Aguardando inclusão em Ordem do Dia.
- 29/08/2000 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF AGENDADO PARA ORDEM DO DIA (AGENDADO)
 Agendado para a sessão deliberativa ordinária de 14/09/2000.
- 30/08/2000 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA (INCLOD)
 Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 14/09/2000. Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao PLS nº 54/99.

14/09/2000 SUBSECRETARIA DE ATA - PLENARIO - ATA-PLEN





Aprovado o Substitutivo, sem debates, sem prejuízo das emendas. Aprovadas, em globo, as Emendas nos 1 e 2-PLEN, de parecer favorável. À CDIR para redação final. A seguir é lido o Parecer no 903/2000-CDIR, Relator Senador Ademir Andrade, oferecendo a redação final do Substitutivo ao projeto. Aprovada a redação final, nos termos do Requerimento no 494/2000, do Sr. Ademir Andrade, de dispensa de publicação de redação final. À Câmara dos Deputados. À SGM com destino à SSEXP.



SELANDO FEDERAL.

14/09/2000 SECRETARIA GERAL DA MESA - SGM
 Procedida a revisão da Redação Final (fls. 66 a 67). À SSEXP.

- 15/09/2000 SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE SSEXP Recebido neste órgão às 9:20 hs.
- 18/09/2000 SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE SSEXP À SSCLSF para revisão dos autógrafos.
- 18/09/2000 SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - SSCLSF Procedida a revisão dos autógrafos. À Subsecretaria de Expediente.
- 18/09/2000 SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE SSEXP Recebido neste órgão às 18:10 horas.

Voltar

OC | 10 | 2000 À CÂMARA DOS DEPUTADOS ATRAVÉS DO OFISF Nº 1873



-6 WI TESTS UZU750



Oficio nº 1393 (SF)

Brasília, em 06 de outubro de 2000.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999, constante dos autógrafos em anexo, que "dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências".

Atenciosamente,

Senador Carlos Patrocínio Primeiro-Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA

Em, 10/10/2000. Ao Senhar

Secretário Gual da Mesa.

Deputado USINATAN AGUIAR

Primeiro Secretaria

A Sua Excelência o Senhor Deputado Ubiratan Aguiar Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados vpl/pls99054









SENADO FEDERAL

PARECER Nº 447, DE 2000

Da Comissão Diretora

Redação do vencido com o turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de maio de 2000. – Antonio Carlos Magalhães, Presidente – Geraldo Melo, Relator – Nabor Junior – Ademir Andrade.

ANEXO AO PARECER Nº 447, DE 2000

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca durante o período de defesa, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período de proibição da atividade pesqueira para a preservação de espécies (defeso) obedecerá ao disposto na presente Lei.

§ 1º O benefício do seguro-desemprego e que se refere este artigo será pago – conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

19

§ 2º Considera-se pescador artesanal para os efeitos desta Lei, o profissional que exerça atividade pesqueira, individualmente, em regime de economia familiar ou de modo cooperativo, por grupo de pescadores, com ou sem auxílio eventual de terceiros, com finalidade comercial ou de subsistência.

§ 3º O valor do benefício será de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso, vedado a sua percepção cumulativa com o benefício previsto na Lei nº 7.998, de 1990.

§ 4º O período de proibição da atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador artesanal deverá apresentar ao órgão competente para a concessão do seguro-desemprego:

I – certidão de registro de pescador profissional do Ibama, ou matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, nos termos do disposto no § 1º do art. 28 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, emitidas, no mínimo, um ano antes da data de requerimento do benefício;

II – atestado ou declaração;

- a) da colônia de pescadores a que esteja filiado; ou
- b) do órgão do Ibama, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal; ou

- c) de proprietário de embarcação em situação regular, devidamente comprovada; ou
- d) de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando;
- 1 o exercício da profissão na forma do § 2º do art. 1º desta lei.
- 2 que se dedicou à atividade, em caráter ininterrupto, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso; e
- 3 que sua renda não é superior a um salário mínimo mensal; e
- III comprovantes do pagamento da contribuição previdenciária observada eventual faculdade de recolhimento cumulado, conforme ato normativo próprio do INSS.
- Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis, e penais cabíveis, todo aquele que fornecer atestado falso ou dele tirar proveito para fins de obtenção do benefício de que trata esta Lei estará sujeito a:

- I demissão do cargo que ocupa, se servidor público;
- II suspensão de suas atividades profissionais, em cassação do seu registro no Ibama, por dois anos, se pescador profissional;
- III cassação da licença vigente e impedimento por dois anos de sua renovação para pesca da espécie a que se refere o defeso, se proprietário de embarcação.
- Art. 4º A suspensão ou cancelamento do pagamento dos benefícios previstos nesta Lei obedecerá ao disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 7.998, de 1990.
- Art. 5º O benefício assegurado nesta Lei somente poderá ser requerido a partir de 1º de janeiro de 2000.
- Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 7º Revoga-se a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Publicado no Diário do Senado Federal de 9.5.2000







SENADO FEDERAL

PARECER Nº 903, DE 2000 DA COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências, consolidando as emendas 1 e 2 aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de setembro de 2000. – Antonio Carlos Magalhães, Presidente – Ademir Andrade, Relator – Jonas Pinheiro – Eduardo Suplicy.

ANEXO AO PARECER Nº 903, DE 2000

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999.

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período de proibição da atividade pesqueira para a preservação de espécies (defeso) obedecerá ao disposto nesta lei.

§ 1º O benefício do seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de I1 de janeiro de 1990. § 2º Considera-se pescador artesanal, para os efeitos desta lei, o profissional que exerça atividade pesqueira, individualmente, em regime de economia familiar ou de modo cooperativo, por grupo de pescadores, com ou sem auxílio eventual de terceiros, com finalidade comercial ou de subsistência.

§ 3º O valor do beneficio será de um salário mínimo mensal, durante todo o período de defeso, inclusive nos casos de prorrogação desse período, vedado a sua percepção cumulativa com o beneficio previsto na Lei nº 7.998, de 1990.

§ 4º O período de proibição da atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis _ IBAMA em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador de dedique, publicada com antecedência mínima de quarenta e cinco dias do início da vigência do defeso.

Art. 2º Para se habilitar ao beneficio, o pescador artesanal deverá apresentar ao órgão competente para a concessão do seguro-desemprego:

I_ certidão de registro de pescador profissional do Ibama, ou matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, nos termos do disposto no § 1º do art. 28 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, emitidas, no mínimo, um ano antes da data de requerimento do beneficio;

II _ atestado ou declaração:

a) da colônia de pescadores a que esteja filiado; ou



- b) do órgão do Ibama, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal; ou
- c) de proprietário de embarcação em situação regular, devidamente comprovada; ou
- d) de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando:
- 1 _ o exercício da profissão na forma do § 2º do art. 1º desta lei;
- 2 _ que se dedicou à atividade, em caráter ininterrupto, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso; e
- 3 _ que sua renda não seja superior a um salário mínimo mensal; e
- III _ comprovantes do pagamento da contribuição previdenciária, observada eventual faculdade de recolhimento cumulado, conforme ato normativo próprio do INSS.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer atestado falso ou dele tirar proveito para fim de obtenção do benefício de que trata esta lei estará sujeito a:

- I _ demissão do cargo que ocupa, se servidor público;
- II _ suspensão de suas atividades profissionais, com cassação do seu registro no Ibama, por dois anos, se pescador profissional;
- III _ cassação da licença vigente e impedimento por dois anos de sua renovação para pesca da espécie a que se refere o defeso, se proprietário de embarcação.
- Art. 4º A suspensão ou cancelamento do pagamento dos benefícios previstos nesta lei obedecerá ao disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 7.998, de 1990.
- Art. 5º O benefício assegurado nesta lei somente poderá ser requerido a partir de 1º de janeiro de 2000.
- Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 7º Revoga-se a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Publicado no Diário do Senado Federal de 15 - 9 - 2000







SENADO FEDERAL

PARECER Nº 877, DE 2000-CAS

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre as emendas de Plenário oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999, que "Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências".

RELATORA: Senadora MARIA DO CARMO ALVES

I-RELATÓRIO

São submetidas ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Ademir de Andrade, ao propor nova redação ao § 3º do art. 1º do Substitutivo ao PLS nº 54, de 1999, visa a assegurar a continuidade do benefício do seguro-desemprego sempre que o período do defeso for prorrogado, já que não raras vezes, segundo o autor, o governo federal, ao fixar o período de concessão do seguro-desemprego devido aos pescadores durante o defeso, não Jeva em conta as



prorrogações que este sofre. Assim, durante o tempo da prorrogação o pescador acaba não fazendo jus ao benefício.

Já a Emenda nº 2, também do Senador Ademir de Andrade, tem por finalidade, ao modificar o § 4º do art. 1º, obrigar o IBAMA a anunciar oficialmente, com antecedência mínima de quarenta e cinco dias, o início da vigência do defeso, a fim de que haja tempo hábil para o pagamento do seguro-desemprego sem os atrasos que vêm ocorrendo atualmente.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A procedência da Emenda nº 1 é indiscutível, tendo em vista as particularidades da proibição da pesca durante o período do defeso. Como é sabido, a fixação desse período não pode obedecer a parâmetros rígidos e, não raras vezes, ele é prorrogado para assegurar de maneira mais efetiva a preservação do meio ambiente, espécies aquáticas e mangues. Ora, nada mais justo que alongar também o período da concessão do seguro-desemprego, uma vez que os pescadores, nesse tempo, continuam impedidos de buscar o próprio sustento.

A medida é eficaz também no sentido de prevenir que o pescador venha a desobedecer aos períodos de prorrogação, ainda que o faça para a própria sobrevivência.

No que tange à Emenda nº 2, entendemos que ela se coaduna com o princípio da eficiência do Estado, que deve atuar de forma positiva no exercício de suas funções a fim de garantir plenamente os direitos dos cidadãos.

A experiência nos atesta que muitos pescadores acabam recebendo o seguro-desemprego quando o período de defeso está por terminar. Como consequência, esses trabalhadores são submetidos às maiores privações, como se já não bastassem as que eles têm de suportar no dia-a-dia. Nada mais justo, pois, que, com uma antecedência de 45 dias, o IBAMA estabeleça o prazo do defeso. //

24

À vista do exposto, opinamos pela aprovação das Emendas nº 1 e nº 2, de Plenário, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999.

Sala da Comissão, 2 de AGOSTO de 2000

Dano, Z,

, Presidente

2) un a Relator

Molorse Whe



SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

EMENDAS DE PLENÁRIO OFERECIDAS AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54/1999 E PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25/96

ASSINARAM O PARECER, NA REUNIÃO DO DIA 02 DE AGOSTO DE 2000, OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS):

- 01 OSMAR DIAS PRESIDENTE
- 02 MARIA DO CARMO ALVES RELATORA
- 03 GERALDO CÂNDIDO
- 04 RIBAMAR FIQUENE
- 05 ANTERO PAES DE BARROS
- 06 HELOISA HELENA
- 07 SEBASTIÃO ROCHA
- 08 EMILIA FERNANDES
- 09 LUIZ PONTES
- 10 TIÃO VIANA
- 11 MARLUCE PINTO
- 12 DJALMA BESSA
- 13 SÉRGIO MACAHADO
- 14 MOREIRA MENDES
- 15 GERALDO ALTHOFF
- 16 JOSÉ ROBERTO ARRUDA
- 17 LÚCIO ALCÂNTARA
- 18-MOZARILDO CAVALCANTI
- 19 JOSÉ ALENCAR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ERRATA

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 3.673, DE 2000 (DO SENADO FEDERAL) PLS - 54/99



Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II. APENSEM-SE A ESTE O PROJETO DE LEI 31, DE 1999, E SEUS APENSADOS)

LEIA-SE:



PROJETO DE LEI Nº 3.673, DE 2000 (DO SENADO FEDERAL) PLS - 54/99

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS PROJETO DE LEI Nº 3.673/00

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de Emendas, a partir de 12 de Dezembro de 2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 20 de Fevereiro de 2001.

Eloízio Neves Guimarães

Secretário



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Projeto de Lei nº 3.673, de 2000 (Do Senado Federal) PL nº 54/99

> "Dispõe sobre a concessão do segurodesemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências"

Autor: Senado Federal

Relator: Dep. Raimundo Gomes de Matos

I- Relatório:

De autoria do Senado Federal, o Projeto de Lei, ora em exame, tem por objetivo flexibilizar a concessão do seguro-desemprego, permitindo, assim, aos pescadores artesanais uma garantia de renda no período de defeso, com vistas à preservação de espécies.

O Projeto, de iniciativa do Senador Lúcio Alcântara, estabelece que o valor do benefício, pago à conta do FAT, será de um salário mínimo mensal, durante todo o período de defeso, vedada a sua percepção cumulativa com o benefício previsto na Lei nº 7.998/90.

Para habilitação ao benefício, o pescador artesanal deverá apresentar ao órgão competente documentos comprobatórios do exercício da atividade profissional, tais como: certidão de registro de pescador, declaração e/ou atestado de pescadores profissionais idôneos, de órgão de representação de

classe ou de proprietário da embarcação afirmando o efetivo exercício da atividade, de forma ininterrupta, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso; comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária.

À presente proposta foram apensados os Projetos de Lei nº 4.458, de 2001 e nº 4.987, de 2001.

Nos termos regimentais, o Projeto foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Redação para apreciação, nos termos do disposto nos arts. 54 e 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Aberto o prazo para recebimento de emendas, não foi encaminhada a esta Comissão qualquer proposta de alteração do texto do Projeto.

À Comissão de Seguridade Social e Família compete apreciar o mérito da Proposta, nos termos do disposto no art. 32, inciso XII, do Regimento Interno.

II- Voto do Relator:

O programa do seguro-desemprego tem desempenhado um papel importante na vida do trabalhador brasileiro. Quando há uma perda substancial de renda, por demissão injustificada, o trabalhador a ele recorre para manter o sustento próprio e de sua família.

A despeito do seu largo alcance social, a concessão do seguro-desemprego vem se limitando, porém, aos trabalhadores do mercado formal, excluindo-se, portanto, os



trabalhadores do mercado informal, que constituem a maioria da força de trabalho. O segmento envolvido com atividades sazonais ou dependentes de fatores ambientais recebe uma cobertura frágil em função de dificuldades para atender aos pré-requisitos legais.

Da análise do conteúdo da proposta, ora em exame, é possível perceber o avanço em termos de flexibilização da concessão do seguro-desemprego, sem comprometer a integridade do programa.

Não obstante a relevância da iniciativa, ora em exame, estamos apresentando à apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família um SUBSTITUTIVO que amplia, ainda mais, a abrangência do Projeto de Lei.

Os pescadores artesanais já estão cobertos pelo benefício do seguro-desemprego, nos termos do disposto na Lei nº 8.287, de 20.12.91. Propomos, então, estender estes benefícios a todos os trabalhadores da pesca. Neste sentido, o art. 1º do Substitutivo, anexo, usa a terminologia "pescador profissional", assim entendido como "aquele que exerça sua atividade em embarcações próprias ou de terceiros, como empregado ou em regime de parceria."

Para se habilitar ao beneficio, o pescador profissional apresentará ao Ministério do Trabalho e Emprego relação de documentos comprobatórios do exercício profissional, de inscrição junto à Previdência Social e da não percepção de outras rendas.

Outro motivo que nos fez apresentar um substitutivo foi o de técnica legislativa. Pelo fato de já existir documento legal que regula a matéria (Lei nº 8.287, de 20.12.91), optamos por apresentar proposta que complementa o texto legal vigente, ao invés de criar um lei avulsa, contrariando, assim, o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26.02.98, que "dispõe"



sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis".

Em face do exposto, votamos pela rejeição dos Projetos de Lei nº 4.458, de 2001 e nº 4.987, de 2001 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.673, de 2000, nos termos do SUBSTITUTIVO, a seguir apresentado.

Sala da Comissão, em 11 de ou tu busile 2001

Dep. RAIMUNDO GOMES DE MATOS Relator



SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 3.673, DE 2000 (Do Senado Federal) PLS nº 54/99

"Altera dispositivos da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que "dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante o período de defeso".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º Os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O pescador profissional fará jús ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira fixado pelo órgão competente.

§ 1°

§ 2º o período de proibição de atividade pesqueira, de que trata o caput, será fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, ou outro órgão que vier a substituí-lo, em relação á espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se como pescador profissional aquele que exerça sua atividade em embarcações próprias ou de terceiros, como empregado ou em regime de parceria e que não se enquadre como beneficiário do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

Art. 2º Para se habilitar ao beneficio, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I- comprovante de registro geral de pescador profissional emitido pelo IBAMA/SUDEPE ou outro órgão que vier a substituí-lo, devidamente atualizados, emitidos, no mínimo, um ano antes da data de início de proibição da pesca;

II- contrato de trabalho ou de parceria, atestado da colônia a que esteja filiado, ou do órgão do IBAMA, ou outro órgão que vier a substituí-lo, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador profissional, comprovando:

- a).....
- b) a dedicação à atividade, em caráter permanente, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso;
 - c) não dispor de outras fontes de renda.

Parágrafo único. Na ausência dos órgãos, de que trata o inciso II, será admitida a declaração de dois pescadores profissionais idôneos e devidamente registrados, que deverão atestar que os pescadores atendem aos requisitos contidos nas alíneas "a", "b" e "c" do meiso II deste artigo.

III- comprovante de inscrição junto à Previdência Social;

IV- comprovante de que não está em gozo de benefício de prestação continuida da Previdência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte.

Art. 3°

I- perda do mandato, se presidente de colônia ou federação;

II- suspensão de suas atividades profissionais, com cassação do registro no IBAMA, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º O benefício, de que trata esta Lei, será suspenso, nas seguintes condições:

I- início de atividade remunerada:

II- início de percepção de outra renda;

III- morte do beneficiário;

 IV- desrespeito ao período de proibição da pesca;

V- comprovação de falsidade nas informações prestadas para obtenção do benefício."

Art. 2º O beneficio assegurado nesta Lei somente poderá ser requerido a partir do novo periodo de proibição da pesca.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 2001

Dep. RAIMUNDO GOMES DE MATOS Relator

Projeto de Lei nº 3.673, de 2000 (Do Senado Federal) PL nº 54/99

> "Dispõe sobre a concessão do segurodesemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências"

Autor: Senado Federal

Relator: Dep. Raimundo Gomes de Matos

I- Relatório:

De autoria do Senado Federal, o Projeto de Lei, ora em exame, tem por objetivo flexibilizar a concessão do seguro-desemprego, permitindo, assim, aos pescadores artesanais uma garantia de renda no período de defeso, com vistas à preservação de espécies.

O Projeto, de iniciativa do Senador Lúcio Alcântara, estabelece que o valor do benefício, pago à conta do FAT, será de um salário mínimo mensal, durante todo o período de defeso, vedada a sua percepção cumulativa com o benefício previsto na Lei nº 7.998/90.

Para habilitação ao benefício, o pescador artesanal deverá apresentar ao órgão competente documentos comprobatórios do exercício da atividade profissional, tais como: certidão de registro de pescador, declaração e/ou atestado de pescadores profissionais idôneos, de órgão de representação de

classe ou de proprietário da embarcação afirmando o efetivo exercício da atividade, de forma ininterrupta, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso; comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária.

À presente proposta foram apensados os Projetos de Lei nº 4.458, de 2001 e nº 4.987, de 2001.

Nos termos regimentais, o Projeto foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Redação para apreciação, nos termos do disposto nos arts. 54 e 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Aberto o prazo para recebimento de emendas, não foi encaminhada a esta Comissão qualquer proposta de alteração do texto do Projeto.

À Comissão de Seguridade Social e Família compete apreciar o mérito da Proposta, nos termos do disposto no art. 32, inciso XII, do Regimento Interno.

II- Voto do Relator:

O programa do seguro-desemprego tem desempenhado um papel importante na vida do trabalhador brasileiro. Quando há uma perda substancial de renda, por demissão injustificada, o trabalhador a ele recorre para manter o sustento próprio e de sua família.

A despeito do seu largo alcance social, a concessão do seguro-desemprego vem se limitando, porém, aos trabalhadores do mercado formal, excluindo-se, portanto, os

trabalhadores do mercado informal, que constituem a maioria da força de trabalho. O segmento envolvido com atividades sazonais ou dependentes de fatores ambientais recebe uma cobertura frágil em função de dificuldades para atender aos pré-requisitos legais.

Da análise do conteúdo da proposta, ora em exame, é possível perceber o avanço em termos de flexibilização da concessão do seguro-desemprego, sem comprometer a integridade do programa.

Não obstante a relevância da iniciativa, ora em exame, estamos apresentando à apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família um SUBSTITUTIVO que amplia, ainda mais, a abrangência do Projeto de Lei.

Os pescadores artesanais já estão cobertos pelo benefício do seguro-desemprego, nos termos do disposto na Lei nº 8.287, de 20.12.91. Propomos, então, estender estes benefícios a todos os trabalhadores da pesca. Neste sentido, o art. 1º do Substitutivo, anexo, usa a terminologia "pescador profissional", assim entendido como "aquele que exerça sua atividade em embarcações próprias ou de terceiros, como empregado ou em regime de parceria."

Para se habilitar ao benefício, o pescador profissional apresentará ao Ministério do Trabalho e Emprego relação de documentos comprobatórios do exercício profissional, de inscrição junto à Previdência Social e da não percepção de outras rendas.

Outro motivo que nos fez apresentar um substitutivo foi o de técnica legislativa. Pelo fato de já existir documento legal que regula a matéria (Lei nº 8.287, de 20.12.91), optamos por apresentar proposta que complementa o texto legal vigente, ao invés de criar um lei avulsa, contrariando, assim, o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26.02.98, que "dispõe"



sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis".

Em face do exposto, votamos pela rejeição dos Projetos de Lei nº 4.458, de 2001 e nº 4.987, de 2001 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.673, de 2000, nos termos do SUBSTITUTIVO, a seguir apresentado.

Sala da Comissão, em 11 de ou tu bio de 2001

Dep. RAIMUNDO GOMES DE MATOS Relator

SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 3.673, DE 2000 (Do Senado Federal) PLS nº 54/99

"Altera dispositivos da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que "dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante o período de defeso".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1° Os arts. 1°, 2°, 3° e 4° da Lei n° 8.287, de 20 de dezembro de 1991, passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. Iº O pescador profissional fará jús ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o periodo de proibição de atividade pesqueira fixado pelo órgão competente.

§ 1°

§ 2º o período de proibição de atividade pesqueira, de que trata o caput, será fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, ou outro órgão que vier a substituí-lo, em relação á espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se como pescador profissional aquele que exerça sua atividade em embarcações próprias ou de terceiros, como empregado ou em regime de parceria e que não se enquadre como beneficiário do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I- comprovante de registro geral de pescador profissional emitido pelo IBAMA/SUDEPE ou outro órgão que vier a substituí-lo, devidamente atualizados, emitidos, no mínimo, um ano antes da data de laício de proibição da pesca;

II- contrato de trabalho ou de parceria, atestado da colônia a que esteja filiado, ou do órgão do IBAMA, ou outro órgão que vier a substituí-lo, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador profissional, comprovando:

- a).....
- b) a dedicação à atividade, em caráter permanente, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso:
 - c) não dispor de outras fontes de renda.

Parágrafo único. Na ausência dos órgãos, de que trata o inciso II, será admitida a declaração de dois pescadores profissionais idôneos e devidamente registrados, que deverão atestar que os pescadores atendem aos requisitos contidos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II deste artigo.

III- comprovante de inscrição junto à Previdência Social;

IV- comprovante de que não está em gozo de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte.

Art. 3°

 I- perda do mandato, se presidente de colônia ou federação;

II- suspensão de suas atividades profissionais, com cassação do registro no IBAMA, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º O benefício, de que trata esta Lei, será suspenso, nas seguintes condições:

- I- início de atividade remunerada;
- II- início de percepção de outra renda;
- III- morte do beneficiário:
- IV- desrespeito ao período de proibição da pesca;
- V- comprovação de falsidade nas informações prestadas para obtenção do benefício."

Art. 2º O beneficio assegurado nesta Lei somente poderá ser requerido a partir do novo periodo de proibição da pesca.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 11 de ou tubro de 2001

Dep. RAIMUNDO GOMES DE MATOS Relator



PROJETO DE LEI Nº 3.673, DE 2000

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 3.673, de 2000, com substitutivo, e rejeitou os de nºs 4.458 e 4.987/2001, apensados, nos termos do parecer do Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos, que apresentou complementação de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Laura Carneiro – Presidente; José Linhares, Ângela Guadagnin e Vicente Caropreso – Vice-Presidentes; Armando Abílio, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Mosconi, Celcita Pinheiro, Cleuber Carneiro, Costa Ferreira, Darcísio Perondi, Dr. Benedito Dias, Dr. Rosinha, Eber Silva, Eduardo Barbosa, Eduardo Seabra, Elias Murad, Eni Voltolini, Euler Morais, Henrique Fontana, Ildefonço Cordeiro, Ivan Paixão, Ivânio Guerra, Jorge Alberto, Lídia Quinan, Lúcia Vânia, Luiz Bittencourt, Oliveira Filho, Orlando Desconsi, Orlando Fantazzini, Osmar Terra, Pedro Canedo, Pimentel Gomes, Rafael Guerra, Raimundo Gomes de Matos, Rita Camata, Sebastião Madeira, Serafim Venzon, Teté Bezerra e Ursicino Queiroz.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2001.

Deputada LAURA CARNEIRO

Presidente



PROJETO DE LEI Nº 3.673, DE 2000

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Raimundo Gomes de

Matos

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Durante a discussão da matéria, os membros da Comissão ofereceram importantes propostas no sentido de aperfeiçoar o texto do substitutivo apresentado por este relator.

As sugestões propõem a modificação da redação dada, no substitutivo, ao § 3º, do art. 1º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, bem como acrescentar § 4º ao mesmo dispositivo, que passam a vigorar:

"Art	1	0	**************************************

§ 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se como pescador profissional aquele que exerça atividade pesqueira, individualmente, em regime de economia familiar, como empregado ou de modo cooperativo, por grupo de pescadores, com ou sem auxílio eventual de terceiros, com finalidade comercial ou de subsistência, e que não se enquadre como beneficiário do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 4º Durante o período de defeso, os pescadores profissionais participarão de atividades educativas de caráter profissional e sócio-ambiental, a serem ministradas pelo IBAMA ou outro órgão que vier a substituí-lo, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT."

Outra alteração, de iniciativa deste relator, suprime o Parágrafo único, proposto no substitutivo ao art. 2º, da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Desta forma, mantenho meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.673, de 2000, com substitutivo, incorporando as alterações supracitadas, e rejeição dos Projetos de Lei nºs 4.458 e 4.987, de 2001, apensados.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2001.

Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS

Relator



PROJETO DE LEI Nº 3.673, DE 2000

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

"Altera dispositivos da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que "dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante o período de defeso".

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Os arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O pescador profissional fará jús ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira fixado pelo órgão competente.

§ 1º

§ 2º o período de proibição de atividade pesqueira, de que trata o caput, será fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, ou outro órgão que vier a substituí-lo, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se como pescador profissional aquele que exerça atividade pesqueira, individualmente, em regime de economia familiar, como empregado ou de modo cooperativo, por grupo de pescadores, com ou sem auxílio eventual de terceiros, com finalidade



comercial ou de subsistência, e que não se enquadre como beneficiário do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994.

- § 4º Durante o período de defeso, os pescadores profissionais participarão de atividades educativas de caráter profissional e sócio-ambiental, a serem ministradas pelo IBAMA ou outro órgão que vier a substituí-lo, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.
- Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:
- I comprovante de registro geral de pescador profissional emitido pelo IBAMA/SUDEPE ou outro órgão que vier a substituí-lo, devidamente atualizados, emitidos, no mínimo, um ano antes da data de início de proibição da pesca;
- II contrato de trabalho ou de parceria, atestado da colônia a que esteja filiado, ou do órgão do IBAMA, ou outro órgão que vier a substituí-lo, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador profissional, comprovando:
 - a).....
- b) a dedicação à atividade, em caráter permanente, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso;
 - c) não dispor de outras fontes de renda.
- III comprovante de inscrição junto à Previdência Social;
- IV comprovante de que não está em gozo de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte.

Art.		 • • •	 • •	• • •		3	N.T.	11.	* *	• •	 	* *	٠.	×.	*)	9	0	20	90	cr	yjy		 v

- I perda do mandato, se presidente de colônia ou federação;
- II suspensão de suas atividades profissionais, com cassação do registro no IBAMA, por dois anos, se pescador profissional.



Art. 4º O benefício, de que trata esta Lei, será suspenso, nas seguintes condições:

- I- início de atividade remunerada;
- II- início de percepção de outra renda;
- III- morte do beneficiário;
- IV- desrespeito ao período de proibição da pesca;
- V- comprovação de falsidade nas informações prestadas para obtenção do benefício."

Art. 2º O benefício assegurado nesta Lei somente poderá ser requerido a partir do novo período de proibição da pesca.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2001.

Deputada LAURA CARNEIRO

Presidente

*PROJETO DE LEI Nº 3.673-A, DE 2000 (DO SENADO FEDERAL) PLS - 54/99

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos de nºs. 4.458 e 4.987/2001, apensados (relator: DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS).

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

*Projeto inicial publicado no DCD de 18/10/00

-Projetos apensados: PL. 4.458/01 (DCD de 10/04/01) e PL. 4.987/01 (DCD de 10/08/01)

PARECER DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUMÁRIO

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- termo de recebimento de emendas ao substitutivo
- complementação de voto
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.673-A, DE 2000

(DO SENADO FEDERAL) PLS - 54/99

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

SUMÁRIO

Projeto Inicial

II - Projetos apensados: PL.-4.458/01, PL.-4.987/01

III - Na Comissão de Seguridade Social e Família:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- termo de recebimento de emendas ao substitutivo
- complementação de voto
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão



TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.673-A/00

Nos termos do art. 119, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 21/03/02, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 02 de abril de 2002.

Maria Linda Magalhães

Secretária



Oficio nº 921 /01 CSSF Publique-se. Em 25/02/02

> AÉCIO NEVES Presidente



Ofício nº 921/2001-P

Brasília, 13 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.673, de 2000, e dos de nºs 4458 e 4987, de 2001, apensados.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e do respectivo parecer.

Respeitosamente,

Deputada LAURA CARNEIRO

Presidente

A Sua Excelência o Senhor Deputado **AÉCIO NEVES** Presidente da Câmara dos Deputados Nesta

GPRAL GPRAL	DA MESA
meeblo france	1.4382/04
00000 CC 1 102	Hora: 16:30
No. 1	Ponto: 9757



Of.P- nº 116/2002

Brasília, 19 de junho de 2002.

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 163, I, do Regimento Interno, comunico a V.Exa. que declarei prejudicado o Projeto de Lei nº 3.673-A/00, do Senado Federal, e os PL's nºs 4.458/01 e 4.987/01, apensados.

Cordiais Saudações.

Deputado BENITO GAN

Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Deputado AÉCIO NEVES

Presidente da Câmara dos Deputados



OF 116/02 - CFT Publique-se. Em 28 / 06 / 2002

AÉCIO NEVES Presidente



Of.P- nº 116/2002

Brasília, 19 de junho de 2002.

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 163, I, do Regimento Interno, comunico a V.Exa. que declarei prejudicado o Projeto de Lei nº 3.673-A/00, do Senado Federal, e os PL's nºs 4.458/01 e 4.987/01, apensados.

Cordiais Saudações.

Deputado BENITO GAMA

Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Deputado AÉCIO NEVES

Presidente da Câmara dos Deputados

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período de proibição da atividade pesqueira para a preservação de espécies (defeso) obedecerá ao disposto nesta Lei.

§ 1º O benefício do seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

§ 2º Considera-se pescador artesanal, para os efeitos desta Lei, o profissional que exerça atividade pesqueira, individualmente, em regime de economia familiar ou de modo cooperativo, por grupo de pescadores, com ou sem auxílio eventual de terceiros, com finalidade comercial ou de subsistência.

§ 3º O valor do beneficio será de um salário mínimo mensal, durante todo o período de defeso, inclusive nos casos de prorrogação desse período, vedado a sua percepção cumulativa com o beneficio previsto na Lei nº 7.998, de 1990.

§ 4º O período de proibição da atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique, publicada com antecedência mínima de quarenta e cinco dias do início da vigência do defeso.

Art. 2º Para se habilitar ao beneficio, o pescador artesanal deverá apresentar ao órgão competente para a concessão do seguro-desemprego:

I – certidão de registro de pescador profissional do Ibama, ou matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, nos termos do disposto no § 1º do art. 28 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, emitidas, no mínimo, um ano antes da data de requerimento do benefício;

II – atestado ou declaração:

- a) da colônia de pescadores a que esteja filiado; ou
- b) do órgão do Ibama, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal; ou
- c) de proprietário de embarcação em situação regular, devidamente comprovada; ou
 - d) de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando:

Projeto de lei nº 3673/00

Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º A concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período de proibição da atividade pesqueira para a preservação de espécies (defeso) obedecerá ao disposto nesta Lei.
- § 1º O benefício do seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
- § 2º Considera-se pescador artesanal, para os efeitos desta Lei, o profissional que exerça atividade pesqueira, individualmente, em regime de economia familiar ou de modo cooperativo, por grupo de pescadores, com ou sem auxílio eventual de terceiros, com finalidade comercial ou de subsistência.
- § 3º O valor do benefício será de um salário mínimo mensal, durante todo o período de defeso, inclusive nos casos de prorrogação desse período, vedado a sua percepção cumulativa com o benefício previsto na Lei nº 7.998, de 1990.
- § 4º O período de proibição da atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique, publicada com antecedência mínima de quarenta e cinco dias do início da vigência do defeso.
- Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador artesanal deverá apresentar ao órgão competente para a concessão do seguro-desemprego:
- 1 certidão de registro de pescador profissional do Ibama, ou matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, nos termos do disposto no § 1º do art. 28 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, emitidas, no mínimo, um ano antes da data de requerimento do beneficio;
 - II atestado ou declaração:
 - a) da colônia de pescadores a que esteja filiado; ou
- b) do órgão do Ibama, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal; ou
- c) de proprietário de embarcação em situação regular, devidamente comprovada; ou
 - d) de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando: